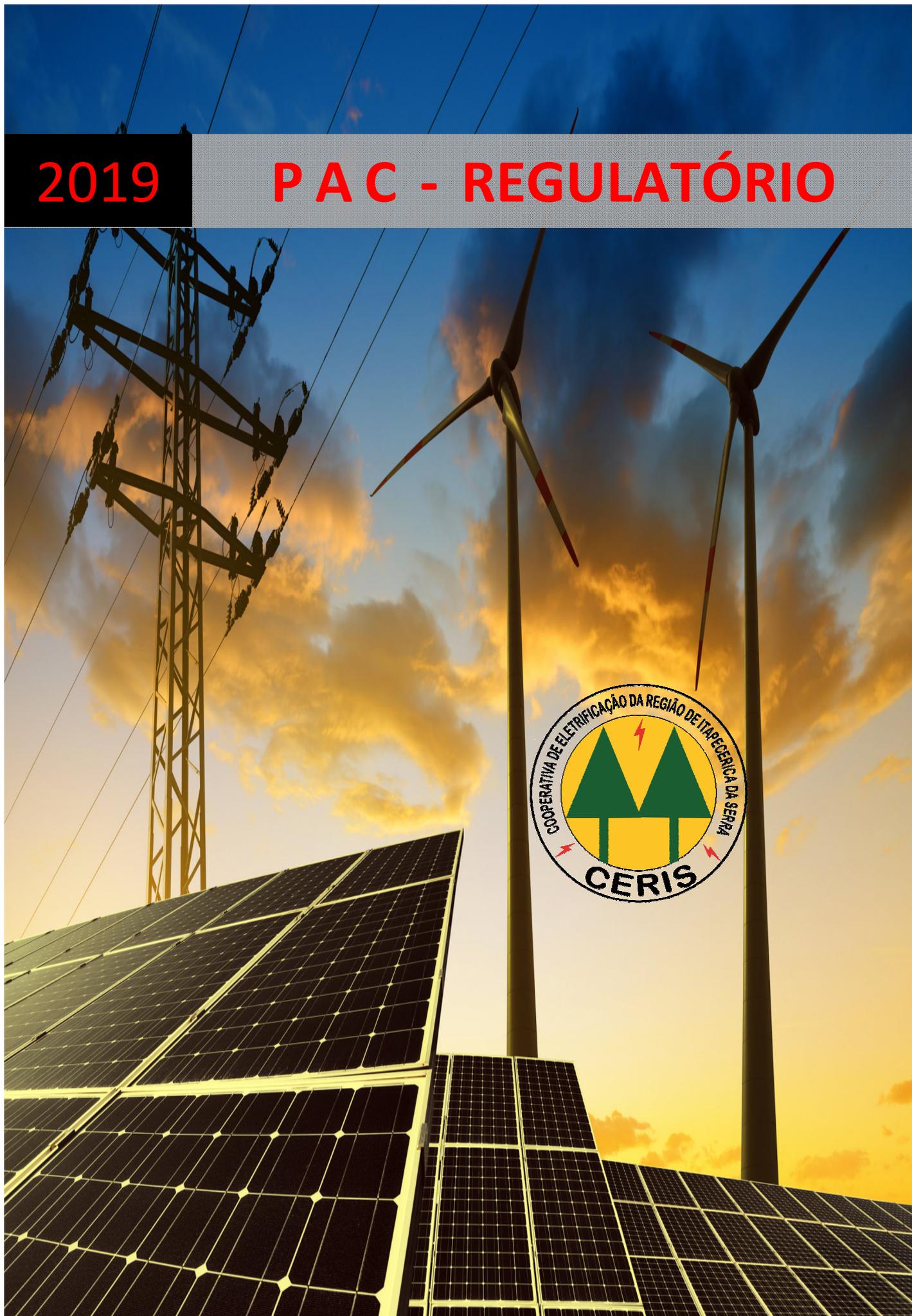


2019

P A C - REGULATÓRIO



MISSÃO, VISÃO e VALORES

MISSÃO

Distribuir energia elétrica para os associados e consumidores com qualidade e ótimo atendimento, fortalecendo o cooperativismo.

VISÃO

Ser referência pela excelência na prestação de serviços, distribuição e geração de energia elétrica.

VALORES

- **Associados e colaboradores**
- **Excelência em serviços e distribuição de energia elétrica**
- **Ética**
- **Transparência**
- **Responsabilidade social**
- **Desenvolvimento regional e meio ambiente**

DIRETORIA 2019

Conselho de Administração

Laurindo Pereira Pinto	Presidente
João Koga	Vice-Presidente
Rosalina de Araujo Maria	Secretária
Maria do Carmo Chelist Miras	Diretor Vogal
Marco Antonio Machado	Diretor Vogal
Henrique Cirilo	Diretor Vogal
Marcio Weiss	Diretor Vogal

Conselho Fiscal

Marco Aurelio Da Costa Soares	Conselheiro Titular
Mario Daniel Do Amaral	Conselheiro Titular
Roberto Augusto F De Barros Galvão	Conselheiro Titular
Marcelo Eleutério	Conselheiro Suplente
Terezinha De Jesus Moraes	Conselheiro Suplente
Audir Canevari	Conselheiro Suplente

Contador

Regivaldo das Virgens Silva

CRC: 1SP198857/O-2

Sumário

Carta do Presidente	4
Carta do Contador	5
Cenário	6
Desempenho econômico-financeiro.....	14
Gestão.....	18
Agradecimentos	23
Balço Patrimonial Regulatório.....	24
Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório.....	26
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatório.....	28
Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	29
Notas Explicativas Regulatórias.....	30
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	69

Senhoras e Senhores Cooperados Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Vale salientar que os números aqui apresentados, foram apurados de acordo com os procedimentos determinados pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, divergindo, em algumas situações, dos números apresentados no Relatório da Administração e Balanço Societário.

Carta do Presidente

Completamos o segundo ano na gestão da permissionária CERIS do qual venho relatar a seguir com muita satisfação.

A CERIS presta serviço de distribuição de energia no setor elétrico que é regulado pela ANEEL e se mantém eficiente com bons índices de satisfação do cliente.

Continuamos investindo na melhoria da infraestrutura de trabalho. Cumprimos o PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição de 2.019, que envolve investimento, manutenção e melhoria nas redes, PDD este substancialmente aumentado comparado ao de 2.018, e agora mantido para o ano de 2.020, incrementando investimentos na melhoria das redes visando à diminuição contínua do número de ocorrências de falta de energia advindas de eventos da natureza.

Executou-se 182 ligações novas e ultrapassamos 6.000 unidades consumidoras.

Esta cooperativa se mantém como uma das melhores empresas de São Lourenço da Serra e região, em dia com responsabilidade regulatória, social, fiscal e ambiental.

Deus abençoe a todos os cooperados, diretores e colaboradores da “Família CERIS”..

Laurindo Pereira Pinto

Presidente

Carta do Contador

Ao escrever esta carta em um momento tão conturbado pelo qual a sociedade mundial está passando, com grandes crises Social, Econômica e por que não dizer Política, e neste último caso, mais especificamente no Brasil, e como profissional de uma área sensível as mudanças relacionadas com os setores inicialmente citados, agradeço primeiramente a DEUS por me permitir estar a frete de uma Empresa que preza não somente pela qualidade dos serviços prestados, uma vez que isto nada mais é que obrigação, mas principalmente por prezar pela qualidade de vida de seus Colaboradores, pois são eles que mantêm a sociedade sempre em movimento, mais especificamente a local, mantendo assim as relações sociais, mesmo que no momento um tanto distante, mas com saúde.

Assim, como Contador da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra – CERIS informo a Sociedade em geral os resultados desta empresa no exercício de 2019 e as expectativas para os exercícios seguintes.

Ressalto que a saúde financeira mantem-se como no seu histórico, razoavelmente satisfatório. Que todas as obrigações Contábeis, Fiscais, Trabalhistas e Regulatórias mantem-se em dia, sendo comprovada pela manutenção das suas Certidões de Débitos Negativas juntos aos Órgãos Reguladores e de Fiscalização.

Por fim, apresento as Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal do Exercício de 2019, as quais trazem toda a movimentação Patrimonial, Econômica e Financeira desta Cooperativa Permissionária, de forma a subsidiar os usuários destas informações em suas tomadas de decisão.

Agradeço a todos

São Lourenço da Serra - SP

Regivaldo das Virgens Silva

Contador

CRC: 1SP198857/O-2

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de quatro décadas e meia de existência.

A CERIS distribui energia elétrica na área definida pela poligonal, nos municípios de São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, Juquitiba e pequena parte de São Paulo, zona urbana e parte da zona rural. Atualmente, possui 6.007 consumidores divididos em 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2019, 182 novas ligações, sendo 180 Residenciais, 1 Iluminação Pública, 1 Comercial totalizando 6.007 consumidores atendidos.

Comportamento do Mercado - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da AES Eletropaulo S/A e participação do Programa Governamental PROINFA.

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica para os municípios de Embu Guaçu, Itapecerica Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo. Não atendemos nenhum consumidor livre dentro de nossa área de Permissão.

Número de Consumidores

Consumidores	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	5.141	5.285	5.519	5.679	5.827
Comercial	83	79	83	82	85
Industrial	1	1	1	-	-
Rural	36	32	33	39	42
Poderes Públicos	22	22	21	19	18
Iluminação Pública	30	32	32	33	34
Serviço Público	-	-	1	1	1
Total	5.313	5.451	5.690	5.853	6.007
Variação	2,99%	2,60%	4,38%	2,86%	2,63%

O consumo de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeccerica da Serra, no ano 2019, foi de 16,07 GWh, tendo apresentado um acréscimo de 0,82% em relação a 2018, devido aumento dos consumos das classes, Rural e Comercial.

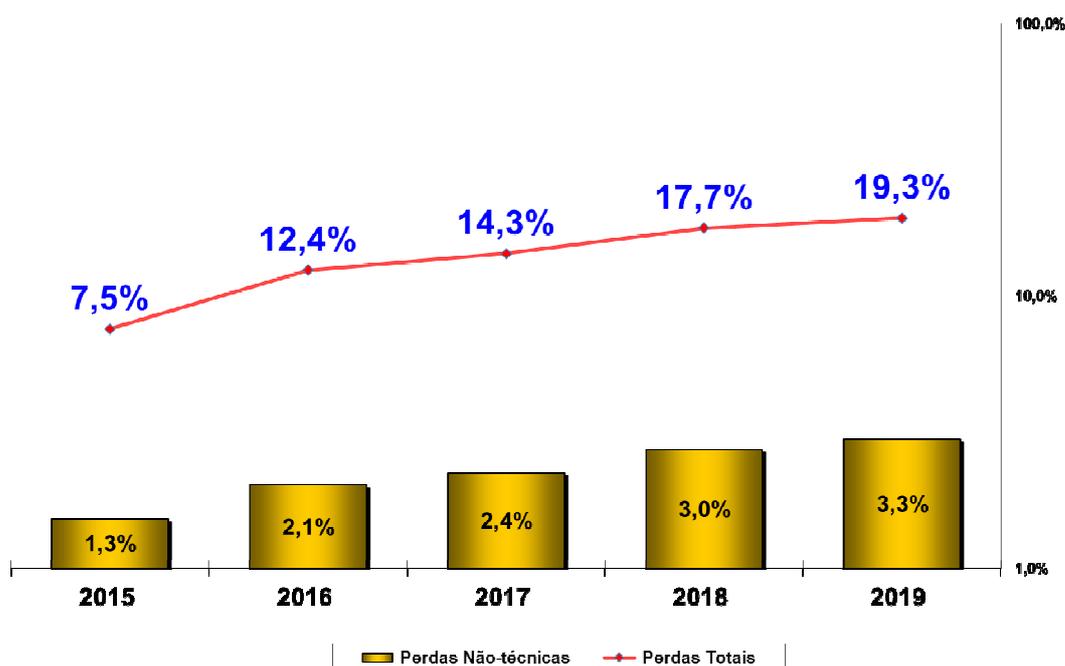
As classes que tiveram maiores variações positiva em 2019 foram: Rural com 6,88% e as Demais Classes (Iluminação Pública, Poder Público e Serviços Públicos) com 15,85%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

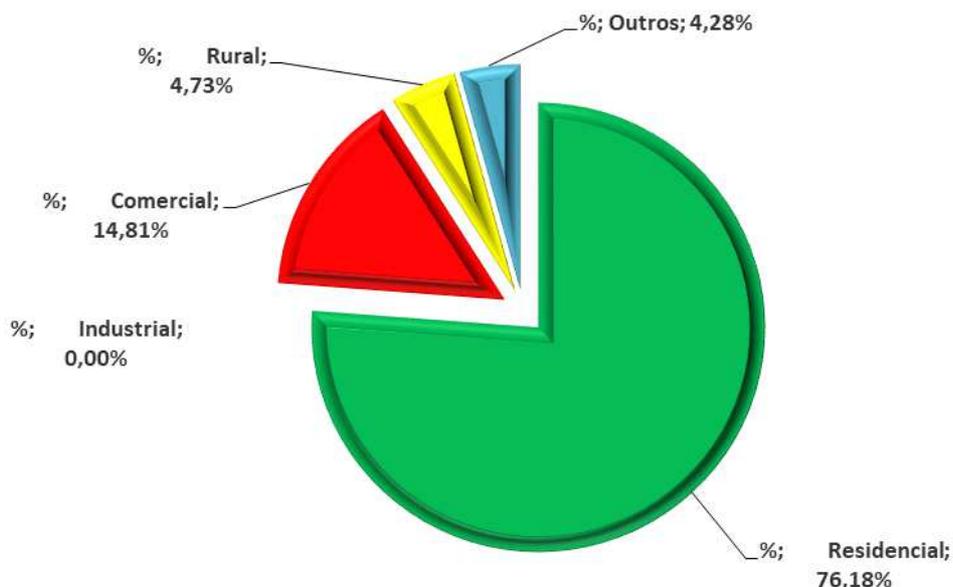
Mercado Atendido

Balanco Energético

Mercado Atendido - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Energia Faturada	15,92	15,59	16,10	15,94	16,07
Fornecimento	15,92	15,59	16,10	15,94	16,07
Residencial	12,49	12,21	12,36	12,26	12,24
Comercial	1,73	1,87	2,43	2,37	2,38
Industrial	0,46	0,26	0,05	-	-
Rural	0,68	0,69	0,68	0,71	0,76
Poderes Públicos	0,17	0,16	0,16	0,16	0,15
Iluminação Pública	0,39	0,40	0,42	0,42	0,46
Serviço Público	-	-	-	0,02	0,08
Suprimento pr agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres Dist. Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	15,92	15,59	16,10	15,94	16,07
Variação	1,99%	-2,07%	3,27%	-1,01%	0,82%



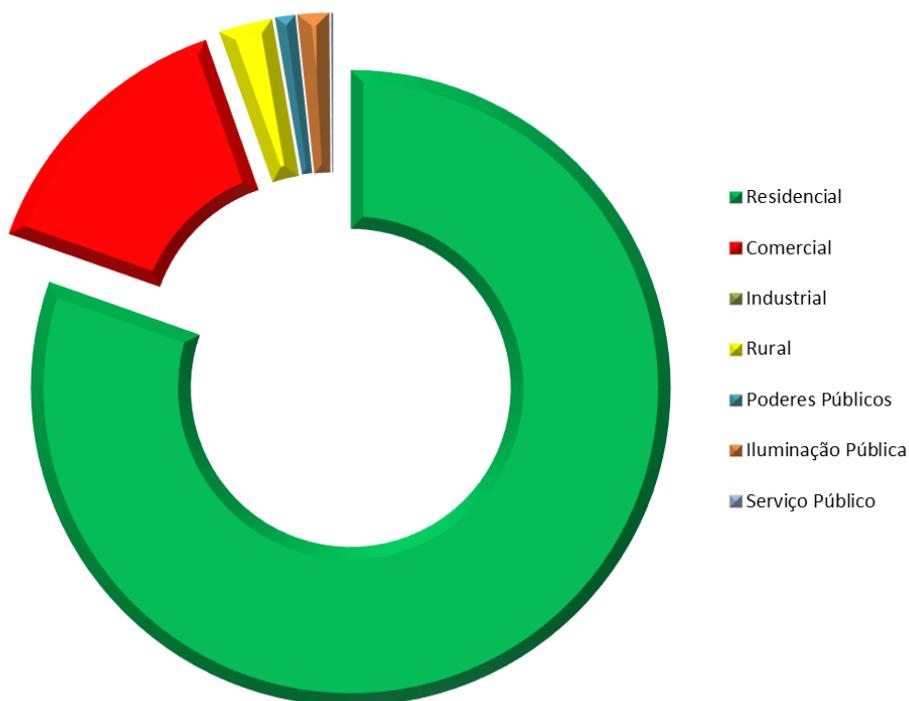
Consumo Por Classe de Consumidores



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 10.076,97 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ Mil		
	2019	2018	%
Residencial	8.013,20	7.540,72	6,27%
Comercial	1.462,98	1.336,19	9,49%
Industrial	0,00	0,00	0,00%
Rural	293,37	250,82	16,96%
Outros	307,43	248,95	387,98%
Poderes Públicos	96,48	94,26	2,36%
Iluminação Pública	166,44	145,24	14,59%
Serviço Público	44,51	9,45	371,03%
Total	10.076,97	9.376,68	7,47%

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2019, apresentou um crescimento de 2,63% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de Consumidores		
	2019	2018	Var %
Residencial	5.827	5.679	2,61%
Comercial	85	82	3,66%
Industrial	0	0	0,00%
Rural	42	39	7,69%
Outros	53	53	-2,23%
Poderes Públicos	18	19	-5,26%
Iluminação Pública	34	33	3,03%
Serviço Público	1	1	0,00%
Total	6.007	5.853	2,63%

Tarifas - As tarifas médias de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2019, após a realização do IRT ocorrida em 07/2019, são as relacionadas no quadro abaixo.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	525,88
Comercial	504,49
Industrial	0,00
Rural	385,62
Outros	343,87

Tarifa Baixa Renda por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Faixa de consumo	0 a 30	31 a 100	101 a 220	Acima 220
Tarifas Brutas	3.1835	3.2802	3.4204	3.4671

Segue abaixo valores de DMR – Diferença Mensal de Receita apuradas em 2019 referentes a aplicação de Tarifa Social Baixa Renda e a correspondente Fonte de Custeio.

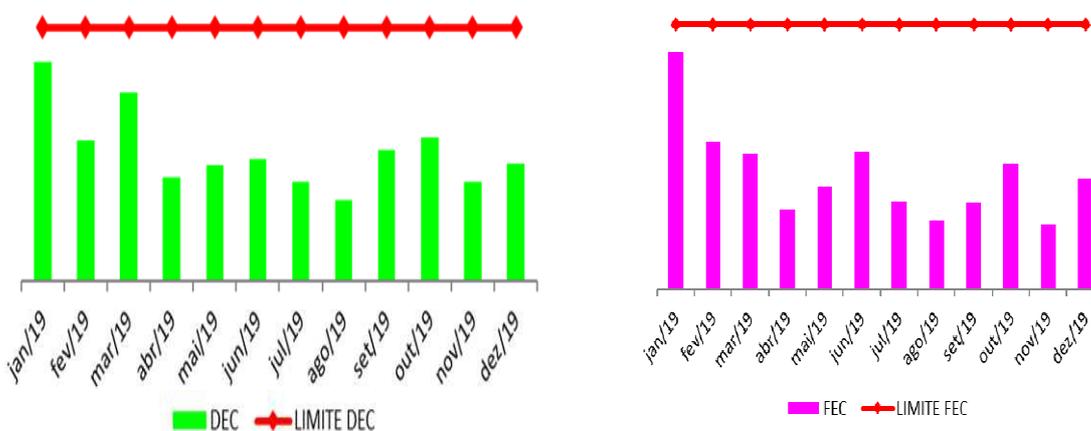
Evolução Mensal por Distribuidora						
Ceris - 2019						
Referên cia	Número de Unidades Consumidoras			DMR - Diferença Mensal de Receita solicitada (R\$)	Fontes de Custeio da TSEE	
	Residen cial Total	Baixa Renda	%Baixa Renda / Residen cial		CDE (R\$)	TARIFA (R\$)
jan/19	5.702	88	1,54	2.069,08	2.069,08	0
fev/19	5.709	86	1,51	2.040,68	2.040,68	0
mar/19	5.701	88	1,54	2.063,44	2.063,44	0
abr/19	5.704	88	1,54	2.046,61	2.046,61	0
mai/19	5.731	89	1,55	2.038,08	2.038,08	0
jun/19	5.742	89	1,55	2.069,12	2.069,12	0
jul/19	5.757	90	1,56	2.088,61	2.088,61	0
ago/19	5.758	91	1,58	2.216,89	2.216,89	0
set/19	5.773	93	1,61	2.307,82	2.307,82	0
out/19	5.777	90	1,56	2.237,66	2.237,66	0
nov/19	5.809	92	1,58	2.313,42	2.313,42	0
dez/19	5.827	104	1,78	2.526,41	2.526,41	0
TOTAL				26.017,82	26.017,82	0

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

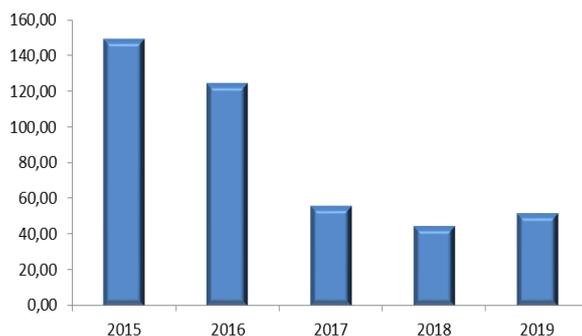
LIMITES ANEEL	DEC	FEC
2019	122	35

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2015	149,47	39,78	2,59
2016	125,04	36,97	3,16
2017	56,34	21,79	2,99
2018	44,75	15,38	2,88
2019	52,09	18,02	3,28

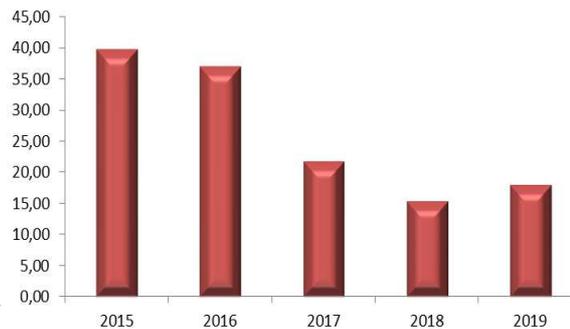
DEC e FEC ANUAL



DEC (Horas)



FEC (Interrupções)



Índices de Compensação de Continuidade						
Compensações	PERÍODO	DIC, FIC e DMIC			DICRI	Total
		Mensais	Trimestrais	Anuais	Mensais	
Quantidade das compensações Valor das compensações (R\$)	2019	292	75	154	641	1.152
		3.047,95	501,61	2.439,19	8.779,96	14.768,90
	2018	256	0	133	0	389
		1.799,61	0,00	2.219,43	224,24	4.243,28
	2017	5	97	0	0	102
		26,79	531,82	0,00	0,00	558,61
	2016	5.545	2.556	2.697	175	10.973
		79.342,48	50.916,96	108.066,70	1.103,14	240.429,28
	2015	10.065	6.569	4.492	1.565	22.711
		113.447,41	46.879,28	274.804,41	28.256,98	463.388,08

Seguem alguns outros números apurados no ano de 2019 da qualidade de atendimento da CERIS:

Serviços Comerciais por Distribuidora - Resumo por Ano					
Ceris - 2019					
Mês	Qtde. Serviços Comerciais	Qtde. Serviços Comerciais com Prazos Violados	Serviços Comerciais no Prazo (%)	Serviços Comerciais Fora do Prazo (%)	Crédito ao Consumidor (R\$)
Janeiro	90	0	100	0	152
Fevereiro	221	0	100	0	0
Março	113	0	100	0	0
Abril	131	0	100	0	0
Maio	124	0	100	0	0
Junho	96	0	100	0	0
Julho	82	1	98,78	1,22	0
Agosto	183	0	100	0	0
Setembro	113	1	99,12	0,88	23,34
Outubro	162	0	100	0	0
Novembro	110	0	100	0	0
Dezembro	82	0	100	0	0
TOTAL	1.507	2	99,87	0,13	24,86

Reclamações Comerciais por Distribuidora - Resumo						
Permissonárias - Ceris						
Ano	Quantidade Reclamações Recebidas	Reclamações Encerradas				
		Quantidade	Procedentes	% Procedentes/ Encerradas	Im procedentes	% Im procedentes/ Encerradas
2010	111	106	36	33,96	70	66,04
2011	200	203	68	33,5	135	66,5
2012	154	149	30	20,13	119	79,87
2013	69	72	16	22,22	56	77,78
2014	39	38	10	26,32	28	73,68
2015	20	19	4	21,05	15	78,95
2016	24	24	6	25	18	75
2017	10	10	0	0	10	100
2018	12	11	1	9,09	10	90,91
2019	30	31	1	3,23	30	96,77
2020	9	9	1	11,11	8	88,89

Tempos médios de atendimento					
CERIS - Mensal / 2019					
MÊS	NIE	NUMOCORR	TMD	TME	TMP
Janeiro	285	318	34,05	55,10	231,28
Fevereiro	188	198	32,30	81,15	128,28
Março	142	161	33,24	68,30	121,98
Abril	126	136	35,25	48,55	146,09
Maio	102	113	34,09	39,15	86,43
Junho	97	111	30,77	42,09	88,94
Julho	80	89	31,10	52,21	51,03
Agosto	99	115	34,79	30,40	79,11
Setembro	102	113	35,52	45,27	93,53
Outubro	94	109	33,27	40,42	84,13
Novembro	176	199	34,55	53,36	124,04
Dezembro	113	127	33,58	43,13	93,06
CERIS - ANUAL / 2019					
ANO	NIE	NUMOCORR	TMD	TME	TMP
2019	1602	1789	33,64	52,57	127,21

Indicadores de conformidade do nível de tensão em regime permanente				
CERIS				
ANO	DRCE	DRPE	Quantidade de compensações pagas	Valor de compensações (R\$)
2019	0,02	0,51	0	0,00
2018	0,02	0,41	0	0,00
2017	0,01	0,42	0	0,00
2016	5,22	4,45	30	3.869,59
2015	9,31	5,44	95	9.972,20
2014	0,94	3,14	48	2.839,05
2013	3,42	3,49		
2012	1,23	2,88		
2011	1,50	4,83		
2010	1,31	6,17		

IASC por Distribuidora	
Ceris	
Ano	IASC
2014	67.59
2015	56.13
2016	51.56
2017	61.22
2018	56.22
2019	59.46

Atendimento ao consumidor - A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios dos Municípios atendidos pela CERIS se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2019, o lucro líquido regulatório foi de R\$ 105,75 mil, contra R\$ 232,20 mil em 2018, uma redução de 54,46%.

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo devesse seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO:	R\$ 675,36/mil
RESULTADO REGULATÓRIO:	R\$ 105,75/mil
RESULTADO FISCAL:	R\$ 257,74/mil

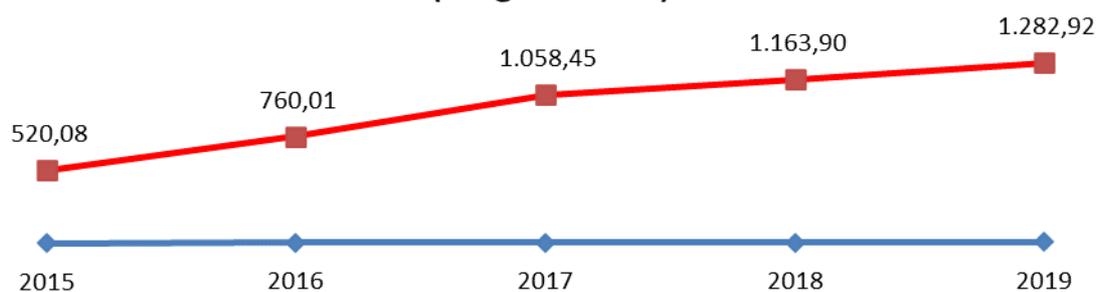
A receita operacional líquida regulatória atingiu R\$ 9.542,38/mil, enquanto em 2018 situou-se em R\$ 8.968,03/mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2019 R\$ 6.170,30/mil, 10,36% superior em relação a 2018.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 5,28% contra 6,72% em 2018.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.282,92 mil, superior em 10,23% a 2018, que foi de R\$ 1.063,90, conforme evolução abaixo:

EBTIDA ou LAJIDA (Regulatória)



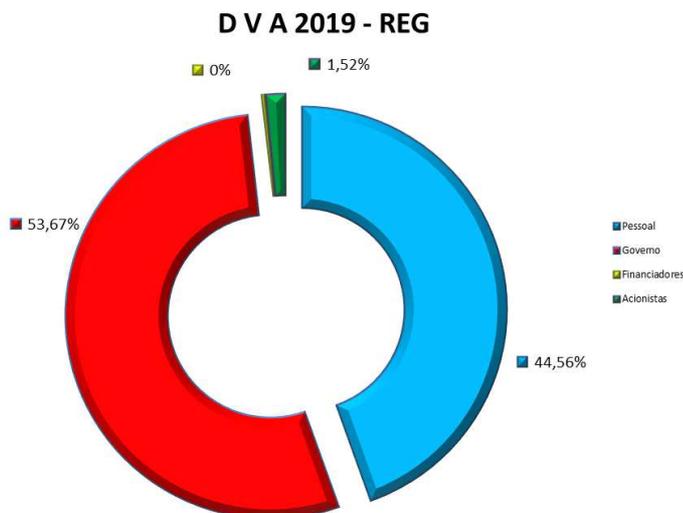
Investimentos: Em 2019, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 826,55/mil, deste montante, R\$ 550,46/Mil foi aplicado diretamente no PDD projetado em 2018 para o ano de 2019, sendo que o valor aplicado foi 37,50% superior ao planejado e em relação ao ano de 2018, foi inferior em 10,1%. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 1.900,00 R\$/mil..

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais				R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2019				
	2017	2018	2019		2020	2021	2022	2023	2024
AIS Bruto ¹	428,90	400,33	550,46	37,50%	380,00	380,00	380,00	380,00	380,00
Transformador de Distribuição	105,84	77,02	128,15		90,00	90,00	90,00	90,00	90,00
Medidor	71,51	40,68	59,49		70,00	70,00	70,00	70,00	70,00
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	42,34	35,00	57,46		55,00	55,00	55,00	55,00	55,00
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	209,21	247,63	305,36		285,00	285,00	285,00	285,00	285,00
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-		-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-		-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda					n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos					n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias					n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros					n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros					n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

R\$ Mil	2019R	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
Plano de Investimentos 2019	550,46	380,00	380,00	380,00	380,00	380,00
R\$ Mil	2019P	2020R	2021R	2022R	2023R	
Plano de Investimentos 2018	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
Diferença	10,1%	-24,0%	-24,0%	-24,0%	-24,0%	

Estamos mantendo o grau de investimento em 2020 o mesmo realizado no PDD de 2019 tendo em vista a pandemia da COVID 19, continuamos em investir em manutenção e recondutoramento de trechos de rede em regiões arborizadas de cabo nú por cabo recoberto, com objetivo na melhoria dos índices de continuidade.

Valor Adicionado Regulatório: Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela COOPERATIVA foi de R\$ 6.936,56 mil, representando 53,21% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os Cooperados se reúnem e deliberam sobre a destinação das sobras acumuladas do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de março de cada ano.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da CERIS era de R\$ 4.027,71 mil, composto por 402.770.522 mil cotas, com valor nominal de R\$ 0,01.

Números de Quotas em milhares		
Acionistas		%
Cooperados	402.770.522	100,00
	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
Total	402.770.522	100,00

Atendimento aos Cooperados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Cooperados, não importando, também, seu percentual de participação na Sociedade. O atendimento é realizado na sua sede.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da CERIS vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Gerencia da Empresa têm se reunido com os Consultores e Diretoria, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos, bem como amortizar os passivos setoriais criados em função dos atrasos nos pagamentos dos subsídios obrigatórios. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o resultado positivo deste exercício, mesmo em tempos de crise.

Os planejamentos realizados, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos anualmente, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazo.

Gestão pela qualidade total: Em 2019, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos periodicamente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, desta forma, a CERIS teve a sua certificação renovada em 11/2019, comprovando assim as suas boas práticas.

Recursos humanos: Em 2019 a CERIS investiu R\$ 30,94/mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Concedeu ainda treinamentos internos de atualização e reciclagem para atendimento de normas regulamentares e uso de ferramentas administrativas. Na visão de nossa Permissionária, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, concede auxílio de 50% do valor da formação universitária de seus colaboradores e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

Adicionalmente, a CERIS concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2019 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$ 323,95/mil; b) Auxílio médico R\$/mil 233,64/mil; c) e Seguro de Vida R\$/mil 40,89.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a CERIS vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra						
CNPJ: 57.384.943/0001-82						
Demonstração do Balanço Social - 2019 e 2018						
(Valores expressos em milhares de reais)						
	2019			2018		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	9.542,38			8.968,03		
Lucro Operacional (LO)	(204,97)			(122,49)		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	3.719,39			3.494,46		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	323,95	8,71%	3,39%	291,64	8,35%	3,25%
Encargos sociais compulsórios	810,84	21,80%	8,50%	649,36	18,58%	7,24%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	233,64	6,28%	2,45%	200,89	5,75%	2,24%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	30,94	0,83%	0,32%	32,99	0,94%	0,37%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	4,23	0,11%	0,04%	7,38	0,21%	0,08%
Outros Benefícios	63,71	1,71%	0,67%	58,94	1,69%	0,66%
Total	1.467,31	39,45%	15,38%	1241,20	35,52%	13,84%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	26,07	-12,72%	0,27%	23,91	-19,52%	0,27%
Total de contribuições para a sociedade	26,07	-12,72%	0,27%	23,91	-19,52%	0,27%
Tributos - excluídos encargos sociais	2.102,82	-1025,92%	22,04%	1.986,83	-1622,04%	22,15%
Total	2.128,89	-1038,64%	22,31%	2.010,74	-1641,56%	22,42%
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2019	2018
	em	em
5 - Indicadores do corpo funcional	unidades	unidades
Empregados no final do período	45	45
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	7	6
Ensino médio	23	22
Ensino fundamental	15	17
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	10	10
De 30 até 45 anos (exclusive)	17	18
Acima de 45 anos	18	17
Admissões durante o período	2	0
Mulheres que trabalham na empresa	6	5
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	50,00%	40,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	75,00%	66,67%
Negros que trabalham na empresa	5	5
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	20,00%	25,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	25,00%	33,33%
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	72	71
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6,07	7,84
Maior remuneração	8,26	7,92
Menor remuneração	1,36	1,01
Acidentes de trabalho	1	1

Outorgada em números	2019	2018	%
Atendimento	-	-	
Número de consumidores	6.007	5.853	2,63%
Número de empregados	42	45	-6,67%
Número de consumidores por empregado	143	130	9,96%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	5	5	0,00%
Mercado			
Área de Permissao (Km ²)	235,64	235,64	0,00%
Geração própria (GWh)	0	-	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5.720	5.224	9,49%
Distribuição direta (GWh)	16,06	15,94	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.059,00	2.111,30	-2,48%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	509,24	476,22	6,93%
Total (exceto curto prazo)		-	0,00%
Residencial	525,88	492,56	6,76%
Comercial	504,49	462,11	9,17%
Industrial	0,00	0,00	#DIV/0!
Rural	385,62	352,20	9,49%
Suprimento	0	-	0,00%
DEC (horas)	52,09	44,44	17,21%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	1,41	7,26	-80,58%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,61	21,98	-79,03%
FEC (número de interrupções)	18,02	15,25	18,16%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	4,60	3,72	0,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	-	0,00%
Número de subestações	0	-	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	482,20	478,19	0,84%
Capacidade instalada (MW)	24,03	24,17	-0,58%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	12.540,51	11.806,55	6,22%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	9.542,38	8.968,03	6,40%
Margem operacional do serviço líquida (%)	31,42%	31,65%	-0,73%
EBITDA OU LAJIDA	1.282,92	1.163,90	10,23%
Lucro líquido (R\$ mil)	105,75	232,20	-54,46%
Lucro líquido por mil cotas	-	-	0,00%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	20.165,22	20.186,06	-0,10%
Valor patrimonial por cota R\$	-	-	0,00%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	5,28	6,08	-13,10%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	85,64	88,18	-2,88%
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	2,66	2,66	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	0,38	0,35	7,95%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,0027	0,0027	-1,83%
Retorno de ativos por unidade	0,014342	0,031607	-54,62%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos à DEUS, à Diretoria, aos Cooperados , aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERIS, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2019 a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra.

São Lourenço da Serra, Junho/2020

A Administração

Balço Patrimonial Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA		
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82		
Balço Patrimonial em 31 de dezembro de	2019	2018
(Valores expressos em milhares de reais)		
	Consolidado	
	2019	2018
Ativos		
Ativo Circulante	7.109,39	6.598,67
Caixa e equivalentes de caixa	4.479,42	4.384,03
Consumidores	1.572,91	1.340,55
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	124,85	131,87
Tributos compensáveis	257,78	222,81
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	136,10	108,40
Investimentos temporários	30,00	60,00
Empréstimos	-	0,12
Ativos Financeiros Setoriais	213,04	92,25
Despesas pagas antecipadamente	52,55	39,07
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	242,75	219,57
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	15.198,53	15.361,91
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	125,31	91,71
Depósitos judiciais e cauções	9,51	18,70
Investimentos temporários	772,21	728,30
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos Financeiros Setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	14.279,36	14.506,94
Intangível	12,14	16,26
Total do ativo	22.307,92	21.960,58

Passivo		
Passivo Circulante	(1.662,03)	(1.356,45)
Fornecedores	(95,45)	(70,41)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7,77)	(6,90)
Obrigações sociais e trabalhistas	(297,89)	(286,45)
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	(409,59)	(388,23)
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	(195,06)	(174,55)
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	(207,07)	(214,27)
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	(38,93)	(43,51)
Outros passivos circulantes	(410,27)	(172,15)
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	(480,67)	(418,07)
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	(480,67)	(418,07)
Total do passivo	(2.142,70)	(1.774,52)
Patrimônio líquido	(20.165,22)	(20.186,06)
Capital social	(4.027,71)	(4.026,36)
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	(7.383,51)	(8.081,06)
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	(8.413,22)	(7.614,24)
Sobras à disposição da Assembleia	(340,78)	(464,40)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	(20.165,22)	(20.186,06)
Total do passivo e do patrimônio líquido	(22.307,92)	(21.960,58)



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA		
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82		
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de	2019	2018
(Valores expressos em milhares de reais)		
	Consolidado	
	2019	2018
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	12.540,51	11.806,55
Fornecimento de energia elétrica	4.113,63	3.745,02
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	5.963,34	5.429,41
Ativos e Passivos Regulatórios	115,26	128,93
Serviços cobráveis	16,08	13,61
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-
Outras receitas	2.332,19	2.489,57
Tributos	(2.102,82)	(1.956,41)
ICMS	(1.902,40)	(1.784,60)
PIS-PASEP	(34,63)	(29,55)
Cofins	(159,83)	(136,40)
ISS	(5,96)	(5,86)
Encargos - Parcela "A"	(895,31)	(882,10)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(684,91)	(489,38)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(27,33)	(19,51)
Outros encargos	(183,07)	(373,22)
Receita líquida / Ingresso líquido	9.542,38	8.968,03
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(3.577,05)	(3.499,42)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.626,93)	(3.330,22)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	(136,13)	(124,32)
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	153,77	(44,10)
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	32,24	(0,78)
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	5.965,33	5.468,61

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(6.170,30)	(5.591,10)
Pessoal e administradores	(3.719,39)	(3.494,46)
Material	(404,89)	(340,88)
Serviços de terceiros	(815,70)	(578,35)
Arrendamento e aluguéis	(183,64)	(165,19)
Seguros	(33,19)	(33,02)
Doações, contribuições e subvenções	(26,07)	(23,91)
Provisões	(12,48)	(11,62)
(-) Recuperação de despesas	14,34	5,49
Tributos	(36,47)	(30,42)
Depreciação e amortização	(1.081,58)	(1.054,59)
Gastos diversos	(29,24)	(4,76)
Outras Receitas Operacionais	279,06	199,44
Outras Despesas Operacionais	(121,05)	(58,83)
Resultado da Atividade	(204,97)	(122,49)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	407,13	440,84
Despesas financeiras	(16,89)	(69,97)
Receitas financeiras	424,02	510,80
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	202,16	318,35
Despesa com impostos sobre os lucros	(96,41)	(86,15)
Resultado líquido das operações em continuidade	105,75	232,20



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA									
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82									
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018									
(Valores expressos em milhares de reais)									
	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS / PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.069,59	-	8.748,18	0,00	-	6.975,31	289,59	-	20.082,68
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(43,23)	-	-	-	-	-	-	-	(43,23)
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	233,23	-	580,50	-	813,73
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	347,64	(347,64)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	29,03	(29,02)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(667,12)	-	-	-	-	-	(667,12)
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(233,23)	262,26	(29,03)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.026,36	-	8.081,06	0,00	-	7.614,24	464,40	-	20.186,06
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1,35	-	-	-	-	-	-	-	1,35
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	249,38	-	425,98	-	675,36
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	506,99	(506,99)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	21,31	(21,31)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(697,55)	-	-	-	-	-	(697,55)
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(249,38)	270,68	(21,30)	-	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.027,71	-	7.383,51	0,00	-	8.413,22	340,78	-	20.165,22



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

CNPJ Nº 57.384.943/0001-82

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2019	2018
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	10.703,40	10.090,90
Outros recebimentos	2.720,89	2.802,34
Pagamentos a fornecedores	(2.317,22)	(1.886,14)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(3.844,63)	(3.455,63)
Pagamentos a empregados	(2.290,63)	(2.044,09)
Tributos Federais	(1.124,56)	(922,01)
Tributos Estaduais e Municipais	(1.860,52)	(1.765,71)
Encargos Setoriais	(784,15)	(965,38)
Outros Pagamentos	(521,79)	(438,60)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	680,79	1.415,69
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	-	-
Aquisição de imobilizado	(826,55)	(602,68)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	30,00	(60,00)
Juros recebidos	-	60,12
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(796,55)	(602,56)
Atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	-	(5,66)
Dividendos pagos	-	-
Receitas de Aplicações Financeiras	211,15	204,66
Despesas Bancárias	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	211,15	199,00
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	95,39	1.012,12
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.384,02	3.371,90
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.479,42	4.384,03



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CERIS é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, nossa Permissão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A CERIS está autorizada a atender Consumidores Livres que são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas Permissionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da CERIS. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma Empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 34 a 37, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu Contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Concessão, Permissão, e/ou Autorização).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

(a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;

(b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;

(c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e

(d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das Permissionárias e de consumidores não das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros

acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº.05.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A 1ª Reavaliação foi registrada em julho de 2013 com efeitos retroativos à 2012 devido ao atraso na homologação pela ANEEL da Metodologia de Revisão Tarifária das Permissionárias. Novamente em 2016 não foi realizada pela a ANEEL a RTP prevista para este ano, o que veio ocorrer somente em 2017.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Permissão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERIS, procedeu o reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

4. Consumidores e Permissionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2019	TOTAL 2018
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	1.281,86	-	239,98	13,17	19,94	45,43	(68,30)	28,61	4,90	5,80	6,68	(5,15)	1.572,91	1.340,34
- Residencial	612,84	-	213,34	9,52	13,00	42,52	(64,37)	26,92	3,91	3,12	6,68	(5,15)	862,34	723,57
- Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Comercial	85,84	-	16,31	0,06	0,10	-	(0,10)	1,69	0,99	2,67	-	-	107,56	92,74
- Rural	29,86	-	2,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32,34	23,23
- Poderes Públicos	2,60	-	5,32	1,97	4,58	0,34	(1,67)	-	-	-	-	-	13,14	13,00
- Iluminação Pública	15,37	-	2,53	1,62	2,26	2,57	(1,82)	-	-	-	-	-	22,52	30,92
- Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,76
- Serviço Taxado	184,48	-	-	-	-	-	(0,34)	-	-	-	-	-	184,15	135,95
- Fornecimento Não Faturado	350,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350,86	320,17
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.281,86	-	239,98	13,17	19,94	45,43	(68,30)	28,61	4,90	5,80	6,68	(5,15)	1.572,91	1.340,34

4.1. Inadimplência

Inadimplência por Distribuidora - Evolução no Ano								
MÊS	PERCENTUAL DA RECEITA FATURADA NO ENÉSIMO MÊS ANTERIOR AINDA NÃO RECEBIDA NO MÊS DE REFERÊNCIA							QUANTIDADE DE SUSPENSÃO POR INADIMPLEMENTO
	Ceris - 2019 - TOTAL							
	24 (%)	21 (%)	18 (%)	12 (%)	6 (%)	3 (%)	1 (%)	
Janeiro	0,52	0,25	0,18	0,12	11,8	99,48	160,18	69
Fevereiro	0,54	0,21	0,2	0,2	15,66	17,05	178,84	89
Março	0,19	0,18	0,33	0,14	12,95	88,33	177,93	88
Abril	0,25	0,18	0,43	0,57	12,45	102,36	163,75	74
Maiο	0,21	0,2	0,31	0,25	16,72	97,38	167,63	78
Junho	0,17	0,33	0,19	0,07	87,75	89,35	164,6	47
Julho	0,16	0,43	0,12	0,08	101,89	87,61	168,98	58
Agosto	0,17	0,31	0,18	0,14	96,78	87,62	116,94	135
Setembro	0,28	0,18	0,12	12,7	87,91	87,58	118,37	84
Outubro	0,38	0,11	0,52	5,84	86,88	46,15	118,25	92
Novembro	0,31	0,18	0,21	13,12	84,64	18,35	114,77	72
Dezembro	0,17	0,11	0,06	11,95	86,53	17,2	122,57	38

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	25.002	-	(162)	750	(301)	25.290	588	(12.085)	13.205	13.695	-	-	-
Terrenos	10	-	-	-	-	10	-	-	10	10	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	428	-	-	-	-	428	-	(217)	211	225	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	23.503	-	(162)	580	(301)	23.620	419	(11.154)	12.467	13.007	-	-	-
Veículos	1.022	-	-	159	-	1.181	159	(687)	494	440	-	-	-
Móveis e Utensílios	39	-	(0)	11	-	50	11	(27)	23	13	-	-	-
Administração	907	-	(0)	126	-	1.033	126	(404)	629	855	-	-	-
Terrenos	5	-	-	-	-	5	-	-	5	5	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	580	-	-	-	-	580	-	(185)	395	580	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	220	-	(0)	126	-	346	126	(149)	197	205	-	-	-
Veículos	68	-	-	-	-	68	-	(37)	30	31	-	-	-
Móveis e Utensílios	35	-	-	-	-	35	-	(33)	2	35	-	-	-
Comercialização	-	-	-	11.911	(11.911)	-	11.911	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	11.911	(11.911)	-	11.911	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	25.909	-	(162)	12.787	(12.212)	26.323	12.625	(12.489)	13.834	14.550	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	259	2.095	(1.167)	(750)	-	438	179	-	438	438	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	(59)	691	(52)	(580)	-	0	59	-	0	0	-	-	-
Outros	318	1.405	(1.115)	(170)	-	438	120	-	438	438	-	-	-
Administração	8	276	(141)	(134)	-	8	1	-	8	8	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	5	123	-	(122)	-	6	1	-	6	6	-	-	-
Outros	3	153	(141)	(12)	-	3	0	-	3	3	-	-	-
Comercialização	-	12	(1)	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	12	(1)	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	267	2.371	(1.308)	(884)	-	446	179	(12.489)	446	446	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	26.176	2.371	(1.470)	11.903	(12.212)	26.768	12.804	(12.489)	14.279	14.996	-	-	-

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões						-	-	-	-	-
Uso do Bem Público						-	-	-	-	-
Softw ares						-	-	-	-	-
Outros						-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões						-	-	-	-	-
Softw ares						-	-	-	-	-
Outros						-	-	-	-	-
Distribuição	74	-	-	-	-	74	-	(71)	3	13
Servidões	-					-	■	-	-	-
Softw ares	74					74	■	(71)	3	13
Outros	-					-	■	-	-	-
Administração	40	-	-	8	-	48	8	(39)	9	3
Softw ares	-					-	■	-	-	-
Outros	40			8		48	■	(39)	9	3
Comercialização	0	-	-	-	-	0	-	-	0	-
Softw ares	-					-	■	-	-	-
Outros	0					0	■	-	0	-
Total do Ativo Intangível	114	-	-	8	-	122	8	(110)	12	16

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto - VOC em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	8.582,66	580,12	(161,52)	-	14.619,12	23.620,38	741,64
Transformador de Distribuição	1.799,13	141,39	- 75,83	-	4.722,91	6.587,60	65,56
Medidor	611,37	43,93	- 16,80	-	276,06	914,56	27,13
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	5.754,27	133,16	- 66,83	-	9.400,77	15.221,37	66,33
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	417,89	261,64	- 2,06	-	219,38	896,85	259,58
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	418,06	76,23	-	-	13,63	480,66	62,60
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	418,06	76,23	-	-	13,63	480,66	62,60
Universalização	-	-	-	-	-	-	-

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	2019	Valor líquido	2018
			Depreciação e Amortização Acumulada		Valor líquido
Em serviço					
Geração		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
Transmissão		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
Distribuição		23.620,39	(11.153,78)	12.466,61	13.006,92
Custo Histórico	2,17%	9.001,26	(3.918,16)	5.083,10	4.925,86
Correção Monetária Especial				-	-
Reavaliação	0,67%	14.619,13	(7.235,62)	7.383,51	8.081,06
Administração		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
Comercialização		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
TOTAIS		23.620	(11.154)	12.467	13.007

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 2009, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação	
Geração	
Equipamento geral	10,00
Equipamentos da tomada d'água	3,70
Estrutura da tomada d'água	4,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Transmissão	
Condutor do sistema	2,50
Equipamento geral	10,00
Estrutura do sistema	2,50
Religadores	4,30
Distribuição	
Barra de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	5,00
Estrutura do sistema	5,00
Regulador de tensão	4,80
Transformador	5,00
Administração central	
Equipamento geral	10,00
Veículos	20,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na Permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
CABO DE ALUMINIO PROTEGIDO XLPE 070MM 15KV	46,93
SUZUKI MOD- JIMNY 4WORK 1.3 4X4	42,44
SUZUKI JIMNY 4ALL 1.3 4X4 MT 2019/2019	40,96
VEICULOS SAVEIRO ROBUST 1.6 CS - FLEX ANO 2020	27,99
POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 12M / 400 DAN	26,59
Microcomputador Dell Vostro3268 (core i7-7700,Ram 8GB HDD 11	21,57
CABO DE ALUMINIO PROTEGIDO XLPE 070MM 15KV	21,08
SUZUKI MOD- JIMNY 4WORK 1.3 4X4	18,19
SUZUKI JIMNY 4ALL 1.3 4X4 MT 2019/2019	17,55
CABO DE ALUMÍNIO PROTEGIDO 15 KV 2 AWG CA	16,81

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁF	4,63
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁF	4,45
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁF	3,55
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁF	3,52
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁF	3,45
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁF	3,42
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁF	3,37
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁF	3,26
CABO DE ALUMÍNIO PROTEGIDO 15 KV 4 AWG CA	3,16
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁF	2,55

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 11/07/2018 a 10/07/2019, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a CERIS transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

I. Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

II. Quota parte de energia nuclear

A CERIS, por ter um mercado anual inferior a 700 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

III. Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de Permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

IV. Sobre contratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

V. Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária:

No presente ciclo de revisão tarifaria, a CERIS apresenta os saldos dos Ativos e Passivos Financeiros após contabilização dos ajustes ocorridos no IRT/2019, conforme quadro abaixo.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)						-				
Custo da Energia de Itaipu						-				
Proinfa						-				
Transporte Rede Básica						-				
Transporte de Energia - Itaipu						-				
ESS						-				
CDE						-				
CFURH						-				
Demais Ativos Financeiros Setoriais	92	316	(195)	-	-	213	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	71	273	(166)	-	-	177				
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-				
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-				
Neutralidade da Parcela A	22	43	(29)	-	-	36				
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-				
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-				
Outros	-	-	-	-	-	-				
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.						-				
Total Ativos Financeiros Setoriais	92	316	(195)	-	-	213	-	-	-	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)						-				
Custo da Energia de Itaipu						-				
Proinfa						-				
Transporte Rede Básica						-				
Transporte de Energia - Itaipu						-				
ESS						-				
CDE						-				
CFURH						-				
Demais Passivos Financeiros Setoriais	214	(376)	369	-	-	207	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-				
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-				
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-				
Neutralidade da Parcela A	100	(190)	118	-	-	28				
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-				
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-				
Outros	114	(186)	251	-	-	179				
Total Passivos Financeiros Setoriais	214	(376)	369	-	-	207	-	-	-	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adim-	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							Observações	
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	plente?	/ Reapctuação	Garantia	ou Juros	% a.a.	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2020	2021	2022	2023	2024	2024+	Total		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)				-																				-
Linha 02				-																				-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	7	-	7	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos Credores (Ajustes Nat.Contábil)	-	7		7	SIM						mensal													-
Linha 2				-																				-
Dividas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-																				-
União	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 01				-																				-
União 02				-																				-
Estado	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 01				-																				-
Estado 02				-																				-
Município				-																				-
Dividas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01				-																				-
Pensão 02				-																				-
Dividas com Agentes do Setor	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)				-																				-
Renegociação 02				-																				-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01				-																				-
Mútuo 02				-																				-
Diversos	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01				-																				-
Outros 02				-																				-
Total por Dívida	-	7	-	7																				-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-																				-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	7	-	7																				-
Tributária	-	-	-	-																				-
Fundo de Pensão	-	-	-	-																				-
Intra-setoriais	-	-	-	-																				-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-																				-
Diversos	-	-	-	-																				-

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adim-	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	Cronograma de Amortização							Observações
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	plente?			ou Juros	% a.a.	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2020	2021	2022	2023	2024	
Ativos Financeiros	-	4.444	728	5.172																	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	4.444	728	5.172	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar								
Saldo Final de Caixa - Conta 111		79	-	79																	
Aplic. Financ. CDB			728	728																	
Aplic. Financ. Fundos DI		-	-	-																	
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.		4.305	-	4.305																	
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01		60		60																	
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02				-																	
Mútuos Ativos	-	0	-	0	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar								
Mútuo 01		0		0																	
Mútuo 02				-																	

Abertura dos Instrumentos Derivativo – R\$ Mil

A CERIS não se utilizou de instrumentos derivativos em 2019 e 2018.

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2019	Total 2018
(+) Dívida Bruta	-	8	-	8	7
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	8	-	8	7
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intra-setoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
(-) Ativos Financeiros	-	(4.509)	(772)	(5.282)	(5.172)
Alta Liquidez	-	(4.509)	-	(4.509)	(4.444)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	(772)	(772)	(728)
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida I	-	(4.502)	(772)	(5.274)	(5.165)
(+/-) Derivativos / Fair Value	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida II	-	(4.502)	(772)	(5.274)	(5.165)

8. Imposto de renda e contribuição social diferido.

Não houve Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 2019 e 2018 na CERIS.

9. Provisões para Litígios

No ano de 2019, não houve provisões para litígios devido aos processos ora em andamento não possuir valor relevante.

10. Obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a às Subvenções

destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		483	-	-	483
Participação da União, Estados e Municípios		52			52
Participação Financeira do Consumidor		174			174
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		5			5
Programa de Eficiência Energética - PEE		-			-
Pesquisa e Desenvolvimento		50			50
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-			-
Outros		202	-	-	202
Ultrapassagem de demanda		44			44
Excedente de reativos		158			158
Diferença das perdas regulatórias		-			-
Outros		-			-
(-) Amortização Acumulada - AIS		(2)	-	-	(2)
Participação da União, Estados e Municípios		(0,17)			(0)
Participação Financeira do Consumidor		(1,55)			(2)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-			-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-			-
Pesquisa e Desenvolvimento		-			-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-			-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-			-
Excedente de reativos		-			-
Diferença das perdas regulatórias		-			-
Outros		-			-
Total		481	-	-	481

Datas de Formação das Obrigações Especiais:

Conforme instrução contida no Despacho de Encerramento publicado pela SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação.

As principais adições de obrigações especiais foram:

CONSOLIDADO		
Descrição do Bem	Data	Em R\$ Mil
1 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO	< 2015	52,02
2 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA CONSUMIDOR ATÉ 31/12/2015	< 2015	133,40
3 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR 02/2016	fev/16	0,54
4 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR 03/2016	mar/16	7,57
5 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR 04/2016	abr/16	0,26
6 DOAÇÕES E SUBVENÇÕES P/ INVEST. NO SERV. CONCEDIDO	< 2015	5,25
7 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	< 2015	50,00
8 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 06/2017	jun/17	2,66
9 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 08/2017	ago/17	2,45
10 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 07/2018	jul/18	1,12
11 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 09/2018	set/18	10,85
12 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 10/2018	out/18	1,36
13 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 11/2018	nov/18	6,45
14 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 03/2019	mar/19	3,92
15 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 04/2019	abr/19	2,18
16 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 11/2019	nov/19	0,81
17 EXCEDENTE REATIVO		97,50
18 EXCEDENTE DEMANDA		91,80
19 VALORES PENDENTES DE RECEBIMENTO		12,81
20 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - AIS		(2,28)
TOTAL		480,67

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 representa R\$/Mil 4.027,71, sendo composto por 402.770.522 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Números de Quotas em milhares		
Acionistas		%
Cooperados	402.770.522	100,00
	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
Total	402.770.522	100,00

Reservas de Capital	2019	2018
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2019		
Doações e subvenções para investimentos		
Conta de resultados a compensar (CRC)		
Outras		
Total	-	-

Reservas de lucros	2019	2018
Reserva legal		
Lucros a realizar		
Reserva para investimentos		
Reserva para Desenvolvimento		
Total	-	-

Reservas de Sobras	2019	2018
Reserva legal	1.151,38	644,38
Lucros a realizar	-	-
RATES	3.040,49	2.769,80
ReservaS Estatutárias	4.221,35	4.200,06
Total	8.413,22	7.614,24

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento - Faturado	6.007	5.853	16.064	15.936	10.077	9.377
Residencial	5.827	5.679	12.239	12.260	8.013	7.541
Industrial	-	-	-	-	-	-
Comercial	85	82	2.378	2.371	1.463	1.336
Rural	42	39	761	712	293	251
Poder público	18	19	149	156	96	94
Iluminação pública	34	33	461	420	166	145
Serviço público	1	1	77	17	45	9
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.						
Serviços Cobráveis						
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						
Total	6.007	5.853	16.064	15.936	10.077	9.377

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2019 e 2018, a CERIS não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	2019		2018	
	MWh	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
AES Eletropaulo	19.876,70	3.626,93	19.368,00	3.330,22
PROINFA	366,48	136,13	375,55	124,33
Total	20.243,18	3.763,06	19.743,55	3.454,55

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2019	2018
Pessoal	3.381,56	3.214,79
Remuneração	1.918,33	1.806,07
Encargos	810,84	689,01
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	233,64	200,89
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	8,83	66,37
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	409,91	452,45
Administradores	337,83	280,00
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	324,30	280,00
Benefícios dos administradores	13,53	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	3.719,39	3.494,79

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	202,16	318,35
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(96,41)	(86,15)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(96,41)	(86,15)

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Sendo a CERIS uma Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

17.1 Revisão Tarifária Periódica

Em 2013, a ANEEL submeteu à Audiência Pública, as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisão tarifária periódica das Permissionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critério a serem adotados. Por fim, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica – 1º CRTP.

Em 11/07/2013 a CERIS encerrou o seu primeiro ciclo de Revisão Tarifária Periódica, retroativo à 2012, ano inicialmente previsto pela ANEEL para sua 1ª RTP, que devido a atraso na definição da Metodologia, não ocorreu, gerando assim uma Bolha Financeira passiva a qual deveria ser compensada nos reajustes / revisões posteriores.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista por meio de Audiência Pública.

Como Resultado destas Audiências decidiu que para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, poderiam continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por continuar a ter sua Revisão Tarifária Periódica regulada, mormente à Parcela B, Regulada pelo módulo PRORET 8.1.

Tal decisão ocorreu por nossa Diretoria, em virtude das regras deste módulo serem conhecidas, lógicas, e, totalmente baseadas em fatos seguros apuradas pelos Departamentos Contábil e Técnico, resultando em segurança para nossos Cooperados como proprietários da Empresa, e, para nossos Cooperados e não Cooperados, na qualidade de Consumidores de Energia Elétrica, oferecendo transparência, legalidade e preço justo com remuneração adequada aos investimentos necessários.

Como toda a regulamentação acima descrita acabou por ter seus prazos findos após o aniversário tarifário de nossa Empresa, a ANEEL prorrogou a vigência da tarifa 2015/2016 para o ciclo 2016/2017, bem como também postergou a 2ª RTP para o ano de 2017.

Por fim, em 07/2017 a ANEEL promoveu a RTP desta Permissionária, encerrando assim o seu 2º Ciclo de Revisão, homologada por meio da RH 2.264 de 27/07/2017. O índice de reposicionamento foi de 7,94%. Teve também por meio desta RTP o ajuste da sua Base de Remuneração por meio do VNR e também no nível de perdas regulatórias para 12,05 sobre a energia injetada.

17.2 - Reajuste Tarifário Anual

Esta Permissionária teve seus reajuste tarifário em 07/2019 por meio da RH 2.569 que homologou o Reposicionamento Tarifário com financeiros de -15,86% (quinze vírgula oitenta e seis por cento negativos), sendo 5,27% (cinco vírgula vinte e sete por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -21,13% (vinte e um vírgula treze por cento negativos) relativos aos componentes financeiros. As tarifas de aplicação da CERIS ficaram, em média, reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória (BRR) das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica é composta pelos valores dos seguintes itens:

- I – Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme caso específico);
- II – Almoxarifado de Operação; e
- III – Obrigações especiais.

Para apuração da base de remuneração são considerados apenas os ativos vinculados à permissão e classificados nas atividades de distribuição, administração, comercialização e geração associada, nos casos previstos em lei.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Para efeito de determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR, os seguintes bens e instalações serão excluídos: software; hardware; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios. Esses bens e instalações comporão a Base de Anuidade Regulatória – BAR. A remuneração, amortização e depreciação (exceto de terrenos) referentes à BAR são dadas em forma de anuidades.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	22.687,12
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.100,51
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	21.586,61
(6) Depreciação Acumulada	9.201,16
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almojarifado em Operação	68,06
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	13.554,02
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	863,46
(19) WACC real antes de impostos	4%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	510,99

Obs. Segue abaixo resumo do reflexo dos principais números em nosso reajuste de 2019

2019	0	2,10%	2,99%	2,22%
	RTP 2016	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	22.687.122,17	23.163.551,74	23.856.141,94	24.385.748,29
(2) Obrigações Especiais Bruta	0,00	-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	1.100.511,19	1.123.621,93	1.157.218,22	1.182.908,47
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	21.586.610,98	22.039.929,81	22.698.923,71	23.202.839,82
(5) Depreciação Acumulada	9.201.164,23	9.394.388,68	9.675.280,91	9.890.072,14
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	13.485.957,94	13.769.163,05	14.180.861,03	14.495.676,14
(7) Obrigações Especiais Líquida	0,00	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	0,00
(9) Almojarifado em Operação	68.061,37	69.490,66	71.568,43	73.157,24
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	13.554.019,30	13.838.653,71	14.252.429,46	14.568.833,39
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	510.986,53	521.717,24	537.316,59	549.245,02
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	863.464,44	881.597,19	907.956,95	928.113,59

17.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.245,00
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	311,25
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	311,25
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	622,50
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	17,02
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	50,33
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	129,19
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	196,54

Obs.: estes valores atualizados até IRT 2018 figura em 211,96 R/Mil

17.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto Sub Módulo 8.1, o valor da Parcela B será calculado a preços da data de revisão de cada permissionária, sendo que no reajuste tarifário subsequente o Valor da Parcela B calculado será atualizado pela variação anual do IPCA desde a revisão tarifária, reduzido o Fator X.

Ao Valor da Parcela B deverá ser aplicado um índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, de forma a considerar os ganhos potenciais de produtividade no período de vigência das tarifas estabelecidas na revisão.

O valor do Fator de Ajuste de Mercado (Pm) a ser aplicado na revisão tarifária periódica de cada permissionária no ajuste do Valor da Parcela B será definido a partir da produtividade média calculada no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica para as pequenas Permissionárias de energia elétrica, sendo adotado o valor de 1,15% a.a.

17.6 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Sub Módulo 8.1 do PRORET, que trata da revisão tarifária das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da Permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita		Reajuste	Variação Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
	Último IRT R\$	Receita Verificada				
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	2.207,58	3.928,95	4.313,94	476,37%	92,36%	41,98%
1.1. Encargos Setoriais	668,05	713,97	1.015,40	7,57%	84,60%	9,88%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	24,18	24,58	29,58	1,65%	20,33%	0,29%
CDE	511,82	562,64	840,12	9,93%	49,32%	8,18%
PROINFA	132,05	126,75	145,70	-4,01%	14,95%	1,42%
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	242,70	1.256,68	1.379,39	417,79%	9,76%	13,42%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUUSD	242,70	1.256,68	1.379,39	417,79%	9,76%	13,42%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	1.296,83	1.958,30	1.919,15	51,01%	-2,00%	18,68%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	1.296,83	1.958,30	1.919,15	51,01%	-2,00%	18,68%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	5.584,34	5.832,58	5.961,85	4,45%	2,22%	58,02%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	5.584,34	5.832,58	5.961,85	4,45%	2,22%	58,02%
3. Reposicionamento Econômico	19,71%		8,31%			
4. Componentes Financeiros	-11,77%		-25,22%			
5. Reposicionamento com Financeiros	7,94%		-16,91%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-16,09%		2,54%			
7. Efeito para Consumidor	23,66%		10,00%			

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

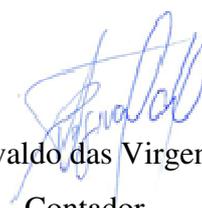
Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

Descrição	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativos							
Ativo circulante		7.109,39	-	7.109,39	6.598,67	-	6.598,67
Caixa e equivalentes de caixa		4.479,42	-	4.479,42	4.384,03	-	4.384,03
Consumidores	14.1	1.572,91	-	1.572,91	1.340,55	-	1.340,55
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		124,85	-	124,85	131,87	-	131,87
Tributos compensáveis		257,78	-	257,78	222,81	-	222,81
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		136,10	-	136,10	108,40	-	108,40
Investimentos temporários		30,00	-	30,00	60,00	-	60,00
Empréstimos		-	-	-	0,12	-	0,12
Ativos financeiros setoriais	14.2	213,04	-	213,04	92,25	-	92,25
Despesas pagas antecipadamente		52,55	-	52,55	39,07	-	39,07
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à al	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		242,75	-	242,75	219,57	-	219,57
Ativo não circulante		15.198,53	(7.383,51)	7.815,01	15.361,91	(8.081,06)	7.280,85
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		125,31	-	125,31	91,71	-	91,71
Depósitos judiciais e cauções		9,51	-	9,51	18,70	-	18,70
Investimentos temporários		772,21	-	772,21	728,30	-	728,30
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	2.371,26	2.371,26	-	2.028,52	2.028,52
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do		-	-	-	-	-	-
Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	14.279,36	(12.789,12)	1.490,23	14.506,94	(13.273,70)	1.233,23
Intangível	14.5	12,14	3.034,35	3.046,49	16,26	3.164,12	3.180,38
Total do ativo		22.307,92	(7.383,51)	14.924,41	21.960,58	(8.081,06)	13.879,52

Passivo						
Passivo circulante	1.662,04	-	1.662,04	1.356,45	-	1.356,45
Fornecedores	95,45	-	95,45	70,41	-	70,41
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7,77	-	7,77	6,90	-	6,90
Obrigações sociais e trabalhistas	297,89	-	297,89	286,45	-	286,45
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Tributos	409,59	-	409,59	388,23	-	388,23
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	195,06	-	195,06	174,55	-	174,55
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	207,07	207,07	214,27	-	214,27
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	38,93	-	38,93	43,51	-	43,51
Outros passivos circulantes	410,27	-	410,27	172,15	-	172,15
Passivo não circulante	480,67	-	480,67	418,07	-	418,07
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elét	480,67	-	480,67	418,07	-	418,07
Total do passivo	2.142,71	-	2.142,71	1.774,52	-	1.774,52
Patrimônio líquido						
Capital social	4.027,71	-	4.027,71	4.026,36	-	4.026,36
Reservas de capital	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	7.383,51	(7.383,51)	-	8.081,06	(8.081,06)	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	8.413,22	-	8.413,22	7.614,24	-	7.614,24
Sobras à disposição da Assembleia	340,78	-	340,78	464,40	-	464,40
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	20.165,22	(7.383,51)	12.781,70	20.186,06	(8.081,06)	12.105,00
Total do passivo e do patrimônio líquido	22.307,92	(7.383,51)	14.924,41	21.960,58	(8.081,06)	13.879,52



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

	Nota	2019		2018			
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório		Ajustes
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		12.540,51	-	12.540,51	11.806,55	-	9.731,07
Fornecimento de energia elétrica		4.113,63	-	4.113,63	3.745,02	-	2.971,13
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		5.963,34	-	5.963,34	5.429,41	-	5.356,84
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		115,26	-	115,26	128,93	-	79,14
Serviços cobráveis		16,08	-	16,08	13,61	-	11,59
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		-	-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas		2.332,19	-	2.332,19	2.489,57	-	1.312,37
Tributos		(2.102,82)	-	(2.102,82)	(1.956,41)	-	(1.834,08)
ICMS		(1.902,40)	-	(1.902,40)	(1.784,60)	-	(1.633,41)
PIS-PASEP		(34,63)	-	(34,63)	(29,55)	-	(34,67)
Cofins		(159,83)	-	(159,83)	(136,40)	-	(160,02)
ISS		(5,96)	-	(5,96)	(5,86)	-	(5,98)
Encargos - Parcela "A"		(895,31)	-	(895,31)	(882,10)	-	(875,18)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	(10,21)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(684,91)	-	(684,91)	(489,38)	-	(477,27)
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-	(10,21)
Taxa de fiscalização		(27,33)	-	(27,33)	(19,51)	-	(19,05)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(183,07)	-	(183,07)	(373,22)	-	(358,44)
Receita líquida / Ingresso líquido		9.542,38	-	9.542,38	8.968,03	-	7.021,81

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(3.577,05)	-	(3.577,05)	(3.499,42)	-	(1.910,54)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.626,93)	-	(3.626,93)	(3.330,22)	-	(1.910,54)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra	-	-	-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	(136,13)	-	(136,13)	(124,32)	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-	-	-	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-	-	-	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-	-	-	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	153,77	-	153,77	(44,10)	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-	-	-	-	-
Outros	32,24	-	32,24	(0,78)	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	5.965,33	-	5.965,33	5.468,61	-	5.111,27
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(6.170,30)	569,61	(5.600,69)	(5.591,10)	581,53	(4.757,57)
Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores)	(3.719,39)	-	(3.719,39)	(3.494,46)	-	(3.399,24)
Material	(404,89)	-	(404,89)	(340,88)	-	(228,07)
Serviços de terceiros	(815,70)	-	(815,70)	(578,35)	-	(533,31)
Arrendamento e aluguéis	(183,64)	-	(183,64)	(165,19)	-	(159,75)
Seguros	(33,19)	-	(33,19)	(33,02)	-	(43,86)
Doações, contribuições e subvenções	(26,07)	-	(26,07)	(23,91)	-	(21,82)
Provisões	(12,48)	-	(12,48)	(11,62)	-	(55,01)
Recuperação de despesas	14,34	-	14,34	5,49	-	1,83
Tributos	(36,47)	-	(36,47)	(30,42)	-	(27,87)
Depreciação e amortização	(1.081,58)	569,61	(511,96)	(1.054,59)	581,53	(457,36)
Gastos diversos da atividade	(29,24)	-	(29,24)	(4,76)	-	(2,02)
Outras Receitas Operacionais	279,06	-	279,06	199,44	-	245,27
Outras Gastos Operacionais	(121,05)	-	(121,05)	(58,83)	-	(76,36)
Resultado da Atividade	(204,97)	569,61	364,65	(122,49)	581,53	353,70
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	407,13	-	407,13	440,84	-	382,67
Despesas financeiras	(16,89)	-	(16,89)	(69,97)	-	(134,55)
Receitas financeiras	424,02	-	424,02	510,80	-	517,22
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	202,16	-	771,77	318,35	-	736,37
Despesa com impostos sobre os lucros	(96,41)	-	(96,41)	(86,15)	-	(47,29)
Resultado líquido das operações em continuidade	105,75	-	675,36	232,20	-	689,08
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	105,75	-	675,36	232,20	-	689,08



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

18.1 Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2 Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes em Ativos e Passivos Financeiros Setoriais.

18.3 Ativos financeiros da Permissão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Permissão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4 Imobilizado

18.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação dos 1º e 2º ciclos de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação dos 1º e 2º ciclos de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5 Intangível

18.5.1 Reavaliação compulsória

Houve ajustes no grupo intangível com relação à reavaliação regulatória.

18.5.2 Depreciação

Houve ajustes no grupo intangível com relação à reavaliação regulatória.

18.6 Obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1 Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2 Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de Permissão (ICPC 01)

18.7.1 Ativo financeiro

Houve efeitos de contabilização de contratos de Permissão (ICPC 01).

18.7.2 Ativo intangível

Houve efeitos de contabilização de contratos de Permissão (ICPC 01).

18.7.3 Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Permissão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Permissão.

18.7.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve remuneração do ativo financeiro nos exercícios contábeis de 2019 e 2018.

18.7.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2019 e 2018.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2019	2018
Saldos Societário	12.781,70	12.105,00
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	7.383,51	8.081,06
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	14.619,13	14.919,86
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(7.235,62)	(6.838,80)
Lucros / Prejuízos Acumulados	-	-
Sobras / Perdas a Disposição da AGO	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Outros Efeitos IFRS	-	-
Saldos Regulatório	20.165,22	20.186,06

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	771,77	813,73
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(569,61)	(581,53)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(569,61)	(581,53)
Gastos Diversos da Atividade Vinculada / Outras	-	-
Despesas Operacionais	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	202,16	232,20

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2019, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERIS;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERIS;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019 os efeitos deste decreto já trouxeram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios e deverão ocorrer nos próximos anos.

19.1 Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2019 a CERIS contabilizou 19,3% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 12,05%. Durante os próximos anos a CERIS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia.

19.2 Efeitos do Corona Vírus (Covid 19) nas Demonstrações Financeiras

Conforme determinação do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, mesmo sendo a CERIS uma Cooperativa, porém, sendo do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e, atendendo determinações da ANEEL, destaca abaixo que:

Mesmo sendo nossa área de Permissão pequena e estar predominantemente em área Rural, entendemos que os 4 meses do ano de 2020 em que o Ministério da Saúde prevê que se dará o ápice da PANDEMIA será de grande relevância para os resultados econômicos e financeiros, uma vez que, mesmo que a Energia continuará a ser utilizada nas residências, mas já se vislumbra grande desaquecimento industrial, e lockdown no comércio, que certamente trarão, no primeiro momento baixa de fluxo de caixa, e, no segundo momento deverá trazer frustração de faturamento nos meses subsequentes, neste efeito subsequente, nossa administração preocupa-se com:

- 1) Impacto na aquisição de energia junto à Supridora, cujos limites contratuais restringem-se em possibilidades de variação de 90% a 110%, e, que, neste ano, entendemos ser necessário flexibilização maior. Procuraremos resguardo do Órgão Regulador nesta regra;
- 2) Adicionalmente, à compra de energia, temos a contratação da demanda de conexão, que, em caso de haver prolongamento da crise, também precisará ter tratamento especial para sob recontrações; e,
- 3) Por fim, a CERIS esclarece para toda a sociedade, Cooperados quotistas, Órgão Regulador e demais partes interessadas que estará seguindo rigorosamente as orientações do Ministério da Saúde, e, que compreende o grande desafio em que se encontra, de cuidar de seus colaboradores, e, ao mesmo tempo, atender bem aos seus consumidores, uma vez que se trata de atividade essencial.

19.3 Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL determinou a criação de grupo de trabalho para a revisão periódica das normas contábeis do Setor Elétrico. Está prevista a apresentação das mudanças em maio de 2020 para início de vigência em janeiro de 2021.

A CERIS a fim de mensurar os efeitos destas mudanças nos resultados e nas demonstrações Contábeis, procura mantém-se constantemente atualizada para tempestivamente implementar a atualização das normas e assim continuar a prestar as informações confiáveis aos seus Srs. Sócios Quotistas e demais stakeholder.

20. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 17/03/2018 pela Diretoria, não podendo os senhores Cooperados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.



LAURINDO PEREIRA PINTO
Diretor Presidente



REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA
Contador

CRC – 1SP198857/O-2

Parecer dos Auditores Independentes Regulatório

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 04 e 05 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS** com data de 17 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 07 de julho de 2020.



MÜLLER EYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O
JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8